

De Sociedade Dependente a Sociedade Competitiva
- Dez Ideias para Educação -

O nível de Educação que caracteriza uma população é um fator chave para transformar uma sociedade dependente numa sociedade competitiva, pois a criação de valor faz-se crescentemente por incorporação de conhecimento em produtos, serviços e processos, e conhecimento é o que as pessoas criam dentro da sua cabeça quando compreendem uma situação, resolvem um problema ou adquirem uma nova competência por aprendizagem. Para que Educação cumpra o seu papel, especialmente crítico a nível da Educação Obrigatória que incorpora os Ciclos Básico e Secundário até ao final do 12º ano, ela terá de formar pessoas com autonomia intelectual. Tal desígnio é incompatível com o carácter centralizador e hiper-interventivo do Estado, pelo que este terá de ser profundamente reformado.

Transformar a sociedade do seu estado atual de dependência para um estado de competitividade é um desafio complexo com inúmeras vertentes. Dada a sua importância, esta transformação deveria ser assumida como desígnio nacional. Uma transformação deste tipo exige uma gestão pública competente e responsável nos mais variados domínios, começando pelo político, pois neste tipo de sociedade a riqueza produzida condiciona e limita a riqueza passível de distribuição. Assim, a criação de valor – financeiro, económico, intelectual, científico, artístico, social ou cultural – assume importância porque ela determina a riqueza que a sociedade produz e, portanto, a riqueza de que a sociedade pode dispor para assegurar os serviços públicos que entenda por apropriados. Numa sociedade competitiva, “responsabilidade” é um valor central da cultura que a caracteriza. Em Portugal isso não ocorre, como bem estudado por cientistas como Geert Hofstede.

Como transformar uma sociedade dependente em competitiva? Um fator importante prende-se com o nível de Educação que caracteriza a população, porque em sociedades modernas a criação de valor faz-se crescentemente por incorporação de conhecimento em produtos, serviços e processos. Ora conhecimento é o que as pessoas criam dentro da sua cabeça quando compreendem uma situação, resolvem um problema ou adquirem uma nova competência por aprendizagem. Criar conhecimento, assim, obriga a ter aprendido a pensar, ou seja, a fazer uma digestão inteligente – crítica e criativa – de informação em nosso redor. Este é o primeiro passo para se criar valor. O segundo passo é aplicar esse conhecimento a ações concretas, incorporando-o em produtos, serviços e processos. O terceiro passo é saber comunicar com clareza, para garantir eficácia nas relações pessoais, profissionais e sociais. Autonomia intelectual é isto: realizar estes três passos de forma natural e sistemática.

Uma sociedade competitiva é composta maioritariamente por pessoas com autonomia intelectual. Pessoas assim terão sempre vidas com mais significado, para além de criarem instituições e empresas mais competitivas porque guiadas por criação de valor. Ora Educação tem por objetivo a autonomização intelectual das pessoas. Pelas razões expostas, Educação tem de ser assumida a curto, a médio e a longo prazo como área estratégica e crítica para potenciar a transformação da sociedade numa sociedade competitiva, pois é aquela que mais limitará essa transformação, a par dos aspetos que determinam a qualidade e eficácia da gestão pública – sistema político, Administração Pública, Segurança, Defesa, Justiça, Saúde... Enquanto estes aspetos determinam as características do funcionamento atual da sociedade, Educação irá determinar a capacidade de a sociedade criar valor dentro de 5, 10 e 20 anos. Portugal ainda está longe de dispor de uma sociedade maioritariamente composta por pessoas com autonomia intelectual. Mais de metade da população ativa (mais de 2,5 milhões de pessoas) apenas concluíram o 1º Ciclo Básico de 4 anos de escolaridade e 5% (mais de 250 mil pessoas) são analfabetas.

Considero que nas últimas décadas não tem existido coragem política para realizar esta transformação social. Tal poderá ser devido à qualidade fraca de tantos dirigentes políticos, sem visão estratégica nem competência, ou ao facto de estarem preocupados não com o servir público – o maior privilégio a que pode aspirar um cidadão – mas com o servir de interesses prosaicos e paroquiais. Porém, esta é a transformação mais importante que temos de fazer, pois o futuro não acontece apenas; o futuro resulta das nossas opções e ações diárias e, de entre todos os futuros possíveis, devemos contribuir para assegurar o futuro em que acreditamos e queremos ter, em vez de nos submetermos a um futuro que nos é imposto.

Considerando Educação, é especialmente crítica a Educação Obrigatória, que incorpora os Ciclos Básico e Secundário até ao final do 12º ano. É aqui que se formam as competências e as atitudes que irão ser determinantes na vida futura de cada pessoa, e é precisamente aqui que se encontram alguns dos obstáculos mais graves para o País. A Universidade também precisa de uma profunda reforma, mas é nos primeiros anos de aprendizagem que encontramos a chave para que cada pessoa consiga aproximar-se da realização do seu potencial.

Proponho um conjunto de dez medidas para a Educação Obrigatória:

- 1ª. Assumir Educação como área estratégica e crítica, afastando-a do potencial destrutivo dos partidos políticos e assegurando estabilidade temporal a 10 anos, com o objetivo de formar pessoas com autonomia intelectual.
- 2ª. Reformar o Ministério de Educação, simplificando, descentralizando, despolitizando e profissionalizando a sua estrutura e funcionamento para garantir maior racionalidade, operacionalidade e estabilidade às políticas educativas e aos processos de aprendizagem. Eliminar o papel centralizador e híper-interventivo do Ministério, reduzindo a sua intervenção ao estabelecimento dos objetivos a atingir em cada ciclo escolar e das linhas gerais do curriculum a cumprir, e apenas das linhas gerais, ao apoio à gestão das escolas, à sugestão e apoio na implementação de métodos pedagógicos e à avaliação global de resultados a nível de escolas e alunos.

- 3ª. Dar autonomia administrativa, financeira e pedagógica às escolas, profissionalizando a sua gestão e permitindo que elas definam conteúdos dos programas, métodos e processos pedagógicos, bem como contratem professores no contexto de planos educativos aprovados. Estimular gradualmente a sua internacionalização, envolvendo-as em redes europeias para elevar os seus padrões também por essa via.
- 4ª. Dignificar a atividade dos professores, reestruturando a sua carreira à semelhança da carreira universitária, com progressão através de concursos públicos e exigências específicas. Elevar as suas qualificações – mestrado e formação pedagógica pós-mestrado obrigatórias – e ajustar a sua compensação.
- 5ª. Estabelecer a unicidade do curriculum a cumprir até à conclusão do 12º ano para todos os alunos, envolvendo matérias de ciências, humanidades, artes, cultura e desporto. Eliminar as qualificações numéricas nos exames nacionais aos alunos.
- 6ª. Extinguir as Escolas Superiores de Educação ou, no mínimo, reestruturá-las em termos de número, missão e atividade.
- 7ª. Assegurar aprendizagem apoiada em projetos, garantindo a modernização das escolas e dos seus laboratórios de tecnologias de informação, científicos e artísticos.
- 8ª. Criar um Ciclo Técnico-Profissional com credibilidade, prestígio e competência para constituir alternativa ao Ciclo Secundário, em que a aprendizagem esteja assente em projetos laboratoriais e de campo, em estreita colaboração com escolas superiores politécnicas, autarquias e empresas, numa perspectiva de desenvolvimento regional.
- 9ª. Alterar a admissão à Educação Superior e a sua frequência, forçando as escolas superiores a selecionar os alunos que pretendam admitir, sempre com garantia de independência em relação à sua situação económica. Baixar para um valor simbólico a propina anual – “custo de matrícula” – e introduzir um “custo de frequência” para cada disciplina. Cada aluno teria de pagar um preço simbólico para se inscrever pela primeira vez a cada disciplina, pagando uma percentagem reduzida do custo de frequência, e um preço crescente em cada inscrição sucessiva na mesma disciplina após cada reprovação. Após a segunda reprovação, o custo de frequência seria assumido na totalidade pelo aluno. A frequência do nível Superior de Educação terá de premiar os alunos que provem ter mérito, independentemente da sua situação económica. Em contraste com Educação Básica e Secundária, ou seja, a Educação Obrigatória, Educação de nível superior não é um direito de todas as pessoas, mas apenas daquelas que estão comprometidas com estudar e aprender nesse nível.
- 10ª. Reforçar os mecanismos de apoio a alunos carenciados em termos de higiene, alimentação, saúde física e saúde mental. Esta é uma responsabilidade primária da sociedade, porque permite aos alunos minorar o impacto negativo de condições sócioeconómicas desfavoráveis que possam existir à partida, ainda frequentes em Portugal. As escolas nacionais não as têm conseguido fazer reduzir, em contraste com congéneres europeias. Esta é igualmente uma forma de combater exclusão.

Ideias como estas exigem uma profunda modificação do papel do Estado na sociedade. O modelo crescentemente centralizador e desprovido de racionalidade que existe em Portugal não serve o interesse público e apenas serve para justificar a existência de um número

desmesurado de burocratas – com demasiada frequência incompetentes nomeados pela via política – e propiciar esquemas de gestão pouco recomendáveis. O modelo desresponsabiliza todos os intervenientes no processo educativo: escolas, professores, alunos e famílias. A transformação da sociedade do seu estado atual de dependência para um estado de competitividade faz-se chamando responsabilidade e autoridade a estes intervenientes, pois elas têm vindo a ser retiradas de forma apenas explicável por incompetência ou ideologia. Não podemos aceitar esta situação porque o custo da ignorância e da dependência em qualquer sociedade já é brutal e vai aumentar drasticamente no futuro, devido à inevitável competição das pessoas com máquinas que pensam e decidem com autonomia.

Se iniciarmos esta transformação, aos poucos responsabilidade passará a ser um valor central da cultura que caracteriza a sociedade. Porém, não podemos esquecer que responsabilidade inclui uma dimensão ética, algo que tem andado esquecido quer na sociedade em geral quer na política, nesta última de forma especialmente gravosa. Este é um desafio imenso, mas é um desafio que vai ter de ser assumido e resolvido.

José António Salcedo, PhD
Trondheim, Noruega
Colaborador no Manifesto X